



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES PÔSTERES

EIXO:

GESTÃO DOCUMENTAL

O Núcleo de Assistência Jurídica da UFSM: a importância da Avaliação Documental

Silviane Silveira Sauter
Glaucia Vieira Ramos Konrad
Francielle Nascimento Portella

RESUMO

O presente trabalho destaca a importância da avaliação de documentos como meio de garantir a preservação e acesso aos documentos do Núcleo de Assistência Judiciária da UFSM. A teoria descrita foi com base em estudos realizado no Núcleo de Assistência Judiciária da UFSM da cidade de Santa Maria, órgão este de caráter público, com objetivo de demonstrar a importância da avaliação para a preservação dos documentos contidos no órgão.

Palavras-chave: Núcleo de Assistência Judiciária. Avaliação documental. UFSM. Arquivologia.

Abstract: *This work highlights the importance of evaluating documents as a means to ensure the preservation and access to documents of the Center for Legal Assistance UFSM. The theory was described based on studies conducted at the Center for Legal Aid UFSM the city of Santa Maria, this body of public character, aiming to demonstrate the importance of evaluating the preservation of the documents contained in the body.*

Keywords: *Center for Legal Aid. Document evaluation. UFSM. Archival*

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta as atividades desenvolvidas por meio do projeto de pesquisa que tem como foco de estudo a importância da avaliação documental como meio de garantir a preservação e acesso aos documentos do Núcleo de Assistência Judiciária da UFSM. Localizado na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1176, ao lado da Antiga Reitoria, no centro, da cidade de Santa Maria-RS, criado em 1978, pela iniciativa da Pró - Reitora de Extensão (estágio não obrigatório). Por força curricular, ratificada pela portaria nº 1886/94 do MEC, os estágios tornaram-se obrigatórios através da Assistência Judiciária.

Segundo Silva (2006), os Núcleos de Prática Jurídica, possuem duas finalidades que se complementam: o ensino prático aos seus alunos e a Assistência Judiciária, intimamente ligada com a prática forense. Ainda segundo o autor, a Assistência Judiciária integral e gratuita faz parte de um conjunto de garantias

constitucionais e processuais é efetivada por vários órgãos, entre eles, os Núcleos de Prática Jurídica.

Através da mediação atua em situações que envolvam conflitos familiares e situações de crise. A assistente social faz a triagem dos casos, o que obedece a critérios: de atender as pessoas com renda de até três salários mínimos. Não realiza ações trabalhistas, previdenciárias e nem criminais.

Os clientes são atendidos por ordem de chegada pelos assistentes sociais. Depois de serem recepcionados, serão encaminhados para os estagiários de direito, que, com a supervisão dos seus respectivos professores darão origem a um processo ou a uma mediação, para que o processo aconteça é importante ter a documentação completa solicitada pelo estagiário.

Os processos mais comuns na Assistência são: usucapião, inventários, renegociação de dívidas e reconhecimento de paternidade através do teste de ácido desoxirribonucleico (conhecido como DNA). Há casos que vai para a mediação, exemplo: Separação, guarda de filhos, pensões alimentícias e estabelecimento de visitas. Esse trabalho é de responsabilidade das alunas da psicologia e suas professoras, sendo que as mesmas fazem parte de um programa de extensão.

Diante da importância das atividades do Núcleo para a pesquisa, ensino e extensão, percebe-se a necessidade da adoção de medidas que possibilitem o acesso e a preservação do seu acervo documental. Para isso, consideramos a gestão de documentos um dos princípios fundamentais para a garantia e integridade das informações. De acordo com Bernardes e Delatorre (2008, p.7)

(..) ao fazer gestão documental não estamos nos preocupando somente em atender aos interesses imediatos do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, mas estamos nos assegurando que os documentos indispensáveis à reconstituição do passado sejam definitivamente preservados. Aliado ao direito à informação está o direito à memória.

A avaliação de documentos é fundamental para a gestão documental. Avaliação documental para a Arquivologia consiste em dar valor aos documentos, isto é, selecionar os que poderão ser eliminados e aqueles que serão recolhidos à guarda permanente Bernardes (1998). Avaliar os documentos é de suma importância pois esta é responsável pela elaboração dos prazos de validade conforme legislação específica da atividade que o gerou, não permitindo subjetividade, na elaboração da

TTD e exige um amplo estudo do teor das informações contidas nos documentos, envolve interação com outras.

Na arquivística o valor primário dos documentos define-se, segundo Rousseau e Couture (1998), como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores, por outras palavras, nas razões para as quais o documento foi criado. Encontra-se nessa fase os arquivos correntes e intermediários.

Ainda o valor secundário dos documentos é definido como sendo a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas (ROUSSEAU e COUTURE, 1998).

Já no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.169) nos diz que valor primário, é o valor que um documento possui para a atividade administrativa de uma entidade produtora, na medida em que informa, fundamenta ou prova seus atos.

E como valor secundário considera-se o probatório ou valor informativo que justifica a guarda permanente de um documento em um arquivo. Também chamado valor arquivístico ou valor histórico, no dicionário de terminologia arquivística (2005, p.171).

A pesquisa é de extrema importância para o conhecimento da sociedade quanto ao trabalho de Assessoria Jurídica gratuita que o Núcleo presta ao público. O trabalho que está sendo realizado no Núcleo, além de favorecer a realização das atividades cotidianas do setor, possibilita um estudo aprofundado das atividades de avaliação dos documentos, facilitando assim o acesso às informações, a pesquisa aos acadêmicos, bem como a preservação de seu acervo documental.

Sugere-se o uso de uma política de gestão documental para o Núcleo de Assistência Judiciária da UFSM tendo como foco principal a avaliação dos documentos do seu acervo documental, visando o acesso e a sua preservação. Com objetivo de identificar os documentos produzidos e acumulados no Núcleo de Assistência Judiciária da UFSM, verificar os critérios de avaliação dos documentos adotados do Núcleo e apontar critérios para a avaliação dos documentos do acervo do Núcleo.

METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisa com objetivo de conhecer o contexto de produção dos documentos do Núcleo da Assistência Judiciária, com a finalidade de identificar quais os tipos documentais produzidos, recebidos e definir aos valores e identificar quais documentos será eliminado e quais será preservado permanentemente. Também esta sendo realizado observações diretas, entrevistas e aplicação de questionários com os encarregados pelo Núcleo.

O Núcleo foi escolhido para realização do trabalho, por apresentar necessidades de implantação de normas arquivísticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Núcleo de Assistência Judiciária faz parte da estrutura formal do CCSH, ou seja, consta no seu organograma. Nesse contexto, no ano de 1994, teve início um projeto de pesquisa para estabelecer uma política de arranjo documental para a UFSM. Através desse estudo foram identificados os fundos documentais da UFSM, e a partir disso surgiu o Quadro de Fundos da instituição. Neste estudo ficou estabelecido que o CCSH pertence ao Fundo Centro de Ciências Sociais e Humanas, Fundo N (FN), formado por vários grupos documentais, no qual está inserido o Núcleo de Assistência Judiciária- Grupo 3.

Em contra partida, Michel Duchein (1992) podemos considerar fundo, quando o mesmo possui uma autoridade financeira, CNPJ e autoridade administrativa, então subentende-se que a UFSM deveria ser considerado um fundo, seguindo os critérios de Duchein.

Os conjuntos documentais do Centro de Ciências Sociais e Humanas não possuem arquivo setorial, logo o Núcleo também não havia recebido tratamento até outubro de 2013, após a essa data foi implementada políticas arquivísticas no local, pelo DAG órgão responsável por coordenar o sistema de arquivos da UFSM, onde disponibilizaram uma bolsa de estágio para alunos de graduação da Arquivologia com o objetivo de auxiliar no tratamento dos documentos e na recuperação de informações dos mesmos.

Antes do início do estágio reuniu-se no Núcleo, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, para avaliar e estipular prazos para os documentos, onde definiram que os processos baixados ficariam aguardando dez anos no arquivo intermediário e depois seria eliminado e os relatórios de final de curso dos

acadêmicos do direito seria de guarda permanente pois os mesmos serviriam para consultas futuras.

O acervo documental do Núcleo de Assistência Judiciária é constituído de documentos que abrangem desde os anos de 1990 até 2014, e por isso considerado um acervo com uma grande massa documental acumulada, há possibilidade do mesmo ter sofrido eliminação nos anos anteriores a 1990.

CONCLUSÕES

A pesquisa está em sua fase inicial, onde está sendo estudado todo o funcionamento do Núcleo, mas o que já pode ser percebido através do diagnóstico e de conversas informais, que há uma grande massa documental acumulada no Núcleo, sem nenhum tipo de tratamento arquivístico. Esta realidade nos causou uma grande preocupação, e podemos perceber a grande importância que tem a avaliação para os documentos.

Um dos objetivos do trabalho é propiciar a avaliação dos documentos e com isso facilitar o acesso as informações contidas nos documentos, seja para a própria comunidade acadêmica quanto para a sociedade Santa-mariense.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2005.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documento de arquivo**. São Paulo, 2008. 07p.

SILVA, Luiz Marlo de Barros. **O acesso ilimitado à Justiça através do Estágio nas Faculdades de Direito**. Rio de Janeiro: Penovar, 2006.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 357 p.

DUCHEIN, Michel. **O Respeito de Fundos em Arquivo: princípios teóricos e problemas práticos**. 1992.